

A FAMÍLIA IMPERIAL DO BRASIL E O RAMO REAL FRANCÊS

*José Fernando Cedeño de Barros**

Resumo: O presente artigo trata, de forma resumida, da genealogia e biografia de membros da Família Imperial do Brasil e de suas ligações com o ramo real francês por meio do casamento da Princesa Izabel com Gastão d'Orléans, conde d'Eu. Apresenta, ainda, numerosos textos e reportagens fotográficas sobre a Família Imperial abrangendo o período de exílio (1889-1922) até os nossos dias.

Résumé: Le présent article traite, en résumé, de la généalogie et de la biographie des membres de la famille impériale brésilienne et de ses liens avec la branche royale française par le mariage de la Princesse Izabel et de Gaston d'Orléans, Comte d'Eu. Il contient encore de nombreux textes et reportages photographiques sur la famille impériale portant sur la période de l'exil (1889-1922) à nos jours.

Sumário: I. Chegada ao Brasil. II. O casamento de D. Pedro I. III. D. Pedro II e sua descendência. IV. O casamento das princesas Isabel e Leopoldina. V. A proclamação da República e suas conseqüências. VI. Os netos da Princesa Isabel. VII. Bisnetos – Um defensor intransigente da Monarquia. VIII. Bisnetos – Uma princesa artista. IX. A condessa de Paris. X. Conclusão. XI. Anexos.

I – CHEGADA AO BRASIL

Elemento fundamental para a Independência do Brasil, a Dinastia de Bragança passa a exercer, indiscutivelmente, influência decisiva em nosso país a partir da chegada da Família Real Portuguesa em 1808 nas praias de Salvador, posteriormente ligando-se ao ramo Orléans da Casa Real de França.

* Sócio fundador da ASBRAP, Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP, MBA em Gestão de Petróleo & Gás pela FECAP, ex-bolsista da CAPES-DF junto à Faculté de droit et des sciences économiques de l'Université Montpellier I (França), advogado de empresas e professor universitário em São Paulo.

A Casa de Bragança remonta à Casa Real de Avis, cujos feitos gloriosos, notadamente no que se refere às descobertas marítimas, foram devidamente cantados por Camões:

“Vós, Portugueses, poucos quanto fortes,
 “Que o franco poder vosso não pesais;
 “Vós, que, à custa de vossas várias mortes,
 “A Lei da vida eterna dilatais:
 “Assim do Céu deitadas são as sortes
 “Que vós, por muito pouco que sejais.
 “Muito façais na santa Cristandade,
 Que tanto, ó Cristo, exaltas a humildade!
 “...
 “... Não faltaram cristãos atrevimentos
 “Nesta pequena casa Lusitana
 “De África tem marítimos assentos;
 “É na Ásia mais que todas soberana;
 “Na quarta parte nova os campos ara;
 “E se mais mundos houvera, lá chegara”.

O Sexto Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes Brito, então governador geral da Bahia, descreve o desembarque dos Bragança, que haviam partido de Lisboa em novembro do ano anterior, fugindo de Napoleão Bonaparte (cf. carta ao Visconde de Anadia, de 8 de março de 1808, *in Chegada da Família Real, Brasil – A História contada por quem viu* (organizador Jorge Caldeira), Mameluco Produções Artísticas Ltda., São Paulo, 2008, pp. 299-300).

Primeiramente, desembarcaram: a Princesa D. Maria Benedita de Bragança, Princesa do Brasil (1746-1829), viúva de seu sobrinho, Dom José de Bragança, Príncipe do Brasil. D. Maria Benedita era filha de Dom José I de Portugal e de D. Mariana Victoria de Bourbon, Infanta de Espanha, e irmã de D. Maria I; juntamente com D. Maria Benedita, chegaram as Infantas D. Mariana Victoria, também irmã de D. Maria I, e as princesas D. Maria Francisca de Assis e D. Isabel Maria, mais tarde Regente de Portugal, estas duas últimas filhas de Dom João.

D. Maria I da Glória (1734-1816) desembarcou no dia 24 de março de 1808, pelas cinco horas da tarde, juntamente com as demais pessoas da família real, a saber: o então Príncipe Regente Dom João Carlos e sua esposa, Dona Carlota Joaquina de Bourbon, Infanta de Espanha, as filhas Dona Maria Teresa,

Dona Maria Isabel, Dona Maria d'Assunção e Dona Ana de Jesus Maria, bem como os Príncipes Dom Pedro de Alcântara e Dom Miguel.

D. João, então Príncipe Regente, ainda trouxe consigo o sobrinho, Don Pedro Carlos de Bórbon y Braganza, Infante de Espanha, filho de D. Gabriel Isidro (irmão do Rei Carlos IV de Espanha) e de D. Maria Victoria de Bragança, Infanta de Portugal.

D. Pedro Carlos, nomeado Almirante da Marinha portuguesa, veio a casar-se com sua prima-irmã, D. Maria Teresa, Princesa da Beira, tendo tido um único filho, D. Sebastião Gabriel de Bórbon y Braganza, Infante de Espanha, casado em 1as núpcias com D. Maria Amélia das Duas Sicílias (irmã de D. Teresa Cristina), sem geração, e em 2as núpcias com D. Maria Cristina de Bourbon, filha de D. Francisco de Paula de Bórbon, Infante de Espanha, Duque de Cadix, e de D. Luísa Carlota das Duas Sicílias (irmã de D. Teresa Cristina). Com geração não dinasta.

As naus que trouxeram a Família Real foram *Príncipe Real*, *Afonso de Albuquerque* e a *Bendford*, a fragata *Urania*, o bergantim *Três Corações*, e uma escuna americana.

Dom João VI, sem a menor sombra de dúvidas, muito fez pelo Brasil, que ele realmente amava, determinando, ainda na Bahia, a abertura dos portos às nações amigas, o que fez secundado pelo sábio José Maria da Silva Lisboa, depois elevado a Visconde de Cairú, a permissão para a impressão de livros e jornais, a instalação da Biblioteca Real, hoje Biblioteca Nacional, a edificação de palácios e prédios para os funcionários públicos, o incremento do exército, a instalação da nobreza entre nós, enfim, uma multidão de benefícios, ainda hoje muito presentes.

Tornando-se impossível a permanência entre nós de Dom João, que havia sido coroado Rei do Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves, após a morte de sua mãe, em 1816, Dom Pedro, seu filho mais velho aqui permaneceu e terminou por proclamar a nossa Independência, às margens do riacho Ipiranga, na então província de São Paulo, na data de 7 de setembro de 1822.

II – OS CASAMENTOS DE DOM PEDRO I

Na ocasião, Dom Pedro já era casado com a Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo-Lorena, da Casa d'Áustria. Foi a sexta filha do Imperador Francisco Leopoldo I, o último monarca a ostentar o título de Imperador do Sacro Império Romano-Germânico (seus domínios, originariamente, se estendiam da costa atlântica de Espanha, dos Países Baixos até as distantes fronteiras da Ucrânia, dos montes Cárpatos, dos Balcãs e grande parte da Itália) e da Princesa Dona Maria Teresa Carolina de Bourbon, Infanta de Nápoles. Nasceu em Viena, em

1797, tendo recebido cuidadosa educação, conhecendo os idiomas alemão, português, francês, italiano e inglês, sendo notória a sua capacidade em mineralogia. Contribuiu decisivamente para a Independência do Brasil, atuando como Regente, quando D. Pedro se encontrava fora da Corte, por diversas vezes; amiga de José Bonifácio de Andrada e Silva, vivendo o dilema da contraposição da tradição com o liberalismo que grassava em todo o mundo, soube contornar as dificuldades, estabelecendo o primeiro Império Monárquico nas Américas. Era dotada de um senso político extremamente aguçado, firmeza na ação e um amor entranhado aos mais desfavorecidos. Faleceu com apenas vinte e nove anos, em 1826, no Rio de Janeiro, por ocasião de um parto mal-sucedido. Está sepultada, hoje, em São Paulo, na cripta do Monumento do Ipiranga.

Do consórcio de Dom Pedro, que recebeu o título de PEDRO I, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, com a Arquiduquesa Leopoldina, nasceram: a Princesa Dona Maria da Glória, depois D. Maria II de Portugal, *casada em primeiras núpcias com Augusto de Beauharnais, 2º Duque de Leuchtenberg e Duque de Santa Cruz, e em 2as núpcias com Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, depois Regente e Rei de Portugal sob o nome de D. Fernando II*; Dona Januária Maria, Princesa Imperial do Brasil e Condessa d'Áquila, *casada com D. Luiz Carlos de Bourbon, Conde d'Áquila, Infante das Duas Sicílias*; Dona Paula Mariana; Dona Francisca Carolina, Princesa de Joinville, *casada com François d'Orléans, Príncipe de Joinville*, e Dom Pedro II, nosso último imperador.

D. Pedro I casou-se em segundas núpcias, em 1829, com a Princesa Amélia Augusta Eugênia Napoleona de Beauharnais, princesa de Leuchtenberg, filha do Príncipe Eugênio de Beauharnais e da Princesa Amália Augusta da Baviera; neta paterna do Visconde Alexandre de Beauharnais e de Marie-Joséphé Rose Tascher de la Pagérie, conhecida como Josefina, Imperatriz dos Franceses, em razão de seu segundo casamento com Napoleão Bonaparte; neta materna do Rei Maximiliano I José da Baviera e de sua primeira mulher a Princesa Guilhermina de Hesse-Darmstadt. Do consórcio de D. Pedro I com D. Amélia houve apenas uma filha, D. Maria Amélia de Bragança, falecida solteira, com apenas 23 anos.

Cabe fazer menção ao Testamento de D. Pedro I, no qual dispõe de sua terça estipulando os beneficiários: Sua Alteza D. Isabel Maria de Alcântara Brasileira, Duquesa de Goiás, que foi reconhecida pelo Imperador, dizendo ele que a teve “de mulher nobre e limpa de sangue”, que era notoriamente D. Domitila de Castro Canto e Mello, Viscondessa e Marquesa de Santos. A Duquesa de Goiás foi educada na Europa, tendo sido adotada por D. Amélia e veio a casar-se com Ernst Fischler, 2º Conde de Treuberg e 2º Barão de Holzen, filho de Ernest Fischler, 1º Conde de Treuberg e 1º Barão de Holzen, e da Princesa Crescência de Hohenzollern-Sigmaringen. Com descendência na Alemanha. Menciona, ainda,

o monarca como seus beneficiários testamentários Rodrigo Delfim Pereira (registrado como filho de D. Maria Benedita de Castro Canto e Mello, irmã da Marquesa de Santos, e do seu marido Barão de Sorocaba); Pedro de Alcântara Brasileira (registrado como filho de Félix de Saissait e de sua mulher Clemência) e “uma menina que nasceu em São Paulo em 1830” e que viria a ser D. Maria Isabel de Alcântara Brasileira, futura Condessa de Iguaçu. D. Maria Isabel casou-se com Pedro de Alcântara Caldeira Brant, Conde de Iguaçu, filho do Marquês de Barbacena e de sua mulher, D. Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso, natural da Bahia. Com geração. A menina também era filha da Marquesa de Santos.

III – D. PEDRO II E SUA DESCENDÊNCIA

Dom Pedro II (1825-1891), por sua vez, casou-se com sua prima, Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon, Infanta das Duas Sicílias, filha do Rei Francisco I das Duas Sicílias e de D. Maria Isabel de Bourbon, Infanta de Espanha, tendo tido quatro filhos: Dom Pedro Afonso, Dom Afonso Pedro, D. Isabel Cristina e D. Leopoldina Teresa, tendo sobrevivido à infância apenas as duas últimas.

Dom Pedro II foi, antes de tudo, um educador.

Consoante Reuven Faingold, em seu livro *D. Pedro II na Terra Santa* (Editora & Livraria Sêfer, S. Paulo, 1999, pp. 28-29):

“O último Imperador do Brasil foi mais do que estudioso, tradutor ou mero apaixonado pela arqueologia. Foi também um ilustre pedagogo, sempre interessado em melhorar a educação cristã no Oriente. O Diário revela um homem esclarecido, voltado para as instituições cristãs e disposto a investir de seu bolso para aprimorar o ensino no Levante, seja na Síria seja na Palestina otomana, territórios carentes de recursos.

“A situação financeira das escolas e dos conventos era difícil. Os Estados cristãos abandonaram a educação e não contribuíam mais com verbas para o ensino. Como os recursos não eram redistribuídos, o resultado final era catastrófico. Chocado e indignado com a precária situação do ensino na Palestina, decidiu contribuir pessoalmente para melhorar a educação da Terra Santa. Para que as crianças pobres de Jerusalém freqüentassem a escola gratuitamente, depositou 15.000 francos no Banco Otomano de Beirute.

“D. Pedro II foi um mecenas das instituições cristãs. Nesta viagem visitou treze escolas, colégios, externatos e conventos. Em cada uma delas procurou entender a real situação do ensino. Inspeccionou os externatos dos Lazaristas em Damasco; em Nazaré, o colégio inglês, o convento “Dames de Nazareth” e o convento de Frades Franciscanos; em Jerusalém, o convento

do Salvador, o estabelecimento das Irmãs de São José, o colégio alemão de meninos, o convento “Dames de Sion” do Padre Ratisbonne e a escola inglesa de Palmer; em Ramleh, o convento franciscano e a escola agrícola de Colbert; em Lydda, o convento franciscano da cidade”.

Recordando os serviços prestados pelos missionários capuchinhos, na África e no Brasil, durante quase dois séculos, favoreceu-os e, mais de uma vez, demonstrou-lhes pública simpatia. Autorizou-os a fixar residência definitiva no Rio de Janeiro, no Hospício do Castelo, depois de uma longa busca de 171 anos.

Frei Fidélis de Montesano foi incumbido de iniciar os primeiros contatos com o Governo Imperial na qualidade de Prefeito Apostólico, consoante um relatório ministerial de 1º de março de 1843:

“Frei Fidélis de Montesano, missionário capuchinho e Prefeito Apostólico do hospício de São Sebastião desta Corte, representa a esta augusta Câmara que havendo o Governo de S.M.I., para aumento da Religião e mais geral ensino da moral, solicitado a Sua Santidade, o Augusto Chefe da Igreja Católica, uma missão para colaborar na pregação do Evangelho e recomendar a prática das virtudes cristãs em qualquer parte deste Império, onde parecesse ao mesmo Governo mais necessário, Sua Santidade satisfaz esta pia e católica solicitação do Governo e a missão acha-se em exercício em diversas províncias, mesmo em lugares remotos, com grande vantagens, como consta dos relatórios, e, bem assim alguns atos legislativos das Assembléias Provinciais, estatuinto em suas províncias missões da mesma Ordem” (cf. Fr. Jacinto de Palazzolo, O.F.M., Crônica dos Capuchinhos do Rio de Janeiro, Editora Vozes, Petrópolis, 1966, pp. 165-166).

A bondade de D. Pedro II era proverbial. Com efeito, um aspecto cativante de nosso Imperador era o de encarar os seus deveres para com a Nação e os negócios públicos de modo paternal, recebendo familiarmente todas as pessoas que o procurassem.

O Conselheiro Nuno de Andrade descreve uma audiência do Imperador:

“Às cinco horas em ponto desci do tálburi, junto à portinha baixa onde uma sentinela cochilava. Não se pedia licença para entrar. Tomei a escada da direita, e fui ter a um longo salão retangular quase sem móveis, com grandes quadros nas paredes. O Freire, criado da casa, meu conhecido, disse-me: - O Imperador não tarda. Cerca de quinze pessoas esperavam D. Pedro II, e entre elas um preto vestido de brim pardo, sem gravata, com uns grandes sapatos muito bem engraxados. Depre-

*endia-se do lustro do calçado que o preto cuidara de parecer asseado; e, como era idoso, a intenção traduzia certa altivez nativa. Tinha ido a pé e sentia-se cansado, por isso sentara-se no chão da galeria. O Pederneiras, com sua barba branca, chegou-se a mim, indicou o preto e disse filosoficamente: - Ainda querem mais liberdade nesta terra... Instintivamente olhamos para as portas, constantemente abertas a todos os brasileiros. O Imperador apareceu no extremo da galeria, e o preto levantou-se. Seria o primeiro a falar ao Soberano, e ninguém se lembrou de lhe disputar a precedência. O Imperador lhe perguntou. – Então, como está? Que é que temos? – Estou bom, senhor. E vosmecê? Eu venho dizer a vosmecê que fui voluntário na guerra do Paraguai. Na batalha, fiquei com um braço ferido por bala. Curei-me, e continuei até o fim de tudo. Depois voltei e caí no meu ofício de empalhador. Há um ano adoeci do fígado, e o Dr. Miranda, na Santa Casa, me fez uma operação. Nunca mais tive saúde. Agora, não posso mais trabalhar no ofício, e não tenho vintém para comprar farinha. Na secretaria do Império há falta de servente, e eu fui falar com o ministro. Mas o ministro não fala com toda a gente. Estão lá uns mulatinhos pernósticos que me dizem sempre: - Você espere. Eu espero, sim senhor; e depois os mulatinhos me mandam embora, porque o ministro não recebe mais ninguém. Já três vezes isso me aconteceu. Então fiquei zangado e pensei assim: vou falar ao Imperador, que é nosso pai; ele não manda a gente embora. Ora, pois eu queria que vosmecê me desse um bilhetinho para o ministro... O Imperador chamou o general Miranda Reis, que então o acompanhava, e disse-lhe algumas palavras. Voltando ao preto, exprimi-se assim: - Vá com Deus. Fico sendo seu procurador e tratarei do seu negócio. – Mas eu tinha vontade de mostrar àqueles mulatinhos pacholas... – Não tem nada para mostrar. Vá para sua casa e espere. Alguns dias depois, contou-me o general Miranda Reis que o Imperador mandara alojar o antigo voluntário numa casinha da Quinta, e ordenara ao comendador João Batista que lhe suprisse a mensalidade de 40 mil réis, pedindo desculpas de não poder dar mais. E o João Batista, honrado mineiro, prodigiosamente econômico, amofinava-se com as freqüentíssimas decisões desta espécie, sustentando, em voz fraca e lacrimosa, que das quatro operações o sábio Imperador só conhecia a de dividir” in *Revivendo o Brasil Império*, de Leopoldo Bibiano Xavier, Artpres Indústria Gráfica e Editora Ltda., S. Paulo, 1991.*

D. Pedro II faleceu no dia 5 de dezembro de 1891, em um modesto hotel de Paris, exilado, em consequência do golpe militar de 15 de novembro de 1889.

A filha mais velha de D. Pedro II, Dona Isabel Cristina Leopoldina Augusta Michaela Gabriela Rafaela Gonzaga, nascida no Rio de Janeiro no dia 29 de julho de 1846, de acordo com a Constituição Imperial, recebeu o título de Princesa Imperial, em substituição à sua tia, D. Januária, que se retirara para a Europa, logo depois de seu casamento com o Príncipe Dom Luis Carlos de Bourbon, conde d'Áquila, Infante das Duas Sicílias e irmão de D. Teresa Cristina.

A educação das princesas Isabel e Leopoldina foi objeto dos desvelos de D. Pedro II e da Imperatriz, contando com a colaboração da Imperatriz D. Amélia.

Depois de longas negociações, o casal imperial acabou por fixar suas atenções em uma brasileira, D. Luiza Margarida Portugal de Barros, condessa de Barral e Pedra Branca, filha do Dr. Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, Ministro Plenipotenciário do Brasil na França, e de D. Maria do Carmo Portugal de Barros. A condessa havia exercido as funções de Dama de Honra da Princesa de Joinville, com sucesso. Casada com o então Visconde de Barral (depois Marquês de Barral e Montferrat), detinha grandes terras na Bahia, com muitos escravos que oportunamente alforriou. Dedicou-se desveladamente à educação principalmente da Redentora, assessorada pela *institutrice* francesa, Mademoiselle Templier. Permaneceu no posto de Governanta das Princesas até o casamento das mesmas, mantendo até o fim da vida laços firmes de amizade. A condessa de Barral falava perfeitamente além da língua materna, o francês e o inglês, escrevendo de forma muito inteligente sobretudo no idioma francês, tendo em vista que fizera toda sua educação em Paris. Teve um único filho, Dominique de Barral, que se casou com a brasileira Maria Francisca de Paranaguá, tendo deixado geração. Morreu no castelo de Voiron, para onde se retirara, antes mesmo da proclamação da República, e onde recebeu desveladamente a Família Imperial, após o falecimento de D. Teresa Cristina, ainda em 1889.

IV – O CASAMENTO DAS PRINCESAS ISABEL E LEOPOLDINA

As negociações para os casamentos das princesas brasileiras tiveram início ainda na infância das meninas, culminando com a eleição de dois sobrinhos da Princesa de Joinville, os príncipes Gastão d'Orléans, conde d'Eu, e Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, duque de Saxe. Ambos eram primos-irmãos, filhos, respectivamente, do Duque de Nemours e do Duque de Saxe, e netos de Luiz Filipe I de Orleans, Rei dos Franceses.

O pai do conde d'Eu, Louis-Charles Philippe d'Orléans (1814-1896), militar valoroso, foi indicado para subir ao trono da Grécia e da Bélgica, ilustrou-se à frente dos exércitos franceses por ocasião do sítio de Anvers, em 1831, e no curso da conquista da Argélia. Casou-se com a princesa Victoria de Saxe-Coburgo-Gotha, prima-irmã da Rainha Victoria da Inglaterra, com quem teve

quatro filhos, sendo o primogênito o esposo da princesa Isabel, com quem se casou em 1864, no Rio de Janeiro.

Os demais irmãos do conde d'Eu foram: o príncipe Alphonse d'Orléans, duque d'Alençon (1844-1910), casado com a princesa Sophia da Baviera (irmã da Imperatriz Elisabeth (Sissi) da Áustria); a princesa Blanche d'Orléans, que morreu solteira, e a princesa Margarida, casada com o príncipe Ladislau Czartoryski.

Ao casar-se com a princesa brasileira, Gastão d'Orléans renunciou aos seus direitos ao trono francês. Todavia, depois da proclamação da República conseguiu rever sua decisão, tendo firmado um pacto, em 1909, com o conde de Paris, estipulando que os seus descendentes teriam direito ao trono francês *depois de todos os outros príncipes de França*, recebendo o título de *Príncipe de Orléans e Bragança* por si e por seus descendentes, com o tratamento de Alteza Real.

A Princesa Isabel, como é sabido, demorou a ter filhos, nascendo somente em 1875 o Príncipe Dom Pedro de Alcântara Gastão de Orleans e Bragança, que recebeu o título de Príncipe do Grão-Pará, precedido de uma menina batizada ainda no ventre, que recebeu o nome de Luiza Victoria. Em seguida, nasceram os príncipes Dom Luiz Gastão e Dom Antonio Gastão.

Como é cediço, a Princesa Isabel foi a responsável pela abolição dos escravos no Brasil, assinando, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea. O Papa Leão XIII retribuiu o gesto magnífico de nossa Princesa outorgando-lhe a Rosa de Ouro, em 28 de setembro de 1888, uma excelsa prova da munificência do Santo Pontífice. A Rosa de Ouro foi doada à Catedral do Rio de Janeiro pelo Príncipe D. Pedro Henrique.

A Princesa Leopoldina Teresa, irmã mais nova da Princesa Isabel, de seu matrimônio com o Duque de Saxe, teve quatro filhos: os Príncipes Dom Pedro Augusto, Dom Augusto Leopoldo, Dom Luiz Gastão e Dom José Fernando de Bragança e Saxe-Coburgo-Gotha. Nasceram e residiram no Brasil apenas os dois mais velhos.

Dom Pedro Augusto faleceu solteiro; D. Augusto Leopoldo, Duque de Saxe, Príncipe de Saxe-Coburgo-Gotha, casou-se com a Arquiduquesa Carolina da Áustria-Toscana; D. Luiz Gastão casou-se em primeiras núpcias com a princesa Mathilde da Baviera e em segundas núpcias com a condessa de Trauttmannsdorff; d. José Fernando faleceu solteiro.

Com a proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, infelizmente foi a Família Imperial exilada, desembarcando em Portugal e, mais tarde, radicando-se na França.

V – A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Ao contrário do que se pretende, muitos brasileiros não aceitaram pacificamente a revolução que depôs D. Pedro II do trono e proclamou a república.

Com efeito, em 6 de setembro de 1893 revoltava-se a Esquadra contra Floriano Peixoto; a Marinha, na época, era comandada pelo Almirante Custódio de Melo e o Contra-Almirante era o glorioso Luis Felipe de Saldanha da Gama.

A luta foi renhida e decisiva, para a República, em razão da intervenção da esquadra norte-americana, comandada pelo Almirante Benham.

A força naval estrangeira forçou os navios revoltados a suspenderem o bloqueio imposto à capital, na época o Rio de Janeiro. Os Estados Unidos não tinham interesse na restauração monárquica por motivos que aqui seria longo deduzir, mas que podemos simplificar no sentido de que os norte-americanos já se haviam transformado nos maiores compradores do café brasileiro e não queriam que a restauração monárquica inclinasse novamente nosso país para a esfera de influência britânica. Os Estados Unidos queriam que se fizesse aqui uma cópia do modelo político norte-americano, tanto assim que o Brasil foi denominado Estados Unidos do Brasil e a bandeira era uma cópia exata da estadunidense, apenas modificada nas cores verde e amarelo. O confronto final deu-se com o apoio estrangeiro, pondo a pique o encouraçado *Aquidabã*, por torpedo, no combate de Anhatomirim, em Santa Catarina. Os navios revoltados acabaram por se render, sendo que grande parte da oficialidade e dos marujos foram sumariamente executados, outros partiram para o exílio. Saldanha da Gama ainda continuou a lutar juntamente com as forças sulistas, terminando por morrer em junho de 1895, no combate de Campo Osório, no Rio Grande do Sul.

O filho mais velho da Princesa Isabel, o Príncipe do Grão-Pará, fez estudos na Academia Militar de Viena, impedido que estava de permanecer na França, em virtude da lei do exílio que golpeava os Orleans, família a qual pertencia por seu pai, o conde d'Eu. Esse príncipe (1875-1940) veio a renunciar, em 30 de outubro de 1908, aos seus direitos ao trono imperial em virtude de seu casamento com uma senhora nobre, mas não de família régia, Baronesa, depois elevada a Condessa Elisabeth Adelaide Leopoldina Dobrzensky de Dobrzenitz, com quem teve cinco filhos.

O filho segundo, Dom Luiz Gastão, casou-se com sua prima, Dona Maria Pia de Bourbon, Infanta das Duas Sicílias, filha de D. Afonso de Bourbon, conde de Caserta, Chefe da Casa Real das Duas Sicílias, e de Dona Maria Antonieta de Bourbon, Infanta das Duas Sicílias, tendo tido três filhos.

O último filho, Dom Antonio, morreu solteiro, em um desastre aéreo, nas imediações de Londres, por ocasião do fim da Primeira Guerra Mundial.

VI – OS NETOS DA PRINCESA ISABEL

O Príncipe do Grão-Pará veio a ter como já dissemos cinco filhos, a saber: D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (1913-2007), que veio a casar-se com sua prima, D. Esperanza de Bórbon y Orleans, irmã da condessa de Barcelona, mãe do Rei Juan Carlos I da Espanha; D. Isabel de Orleans e Bragança, casada com o seu primo, Henri d'Orleans, conde de Paris e Chefe da Casa Real de França; D. João, casado com a Princesa Fátima Chirine, do Egito; D. Maria Francisca de Orleans e Bragança, casada com seu primo, D. Duarte Nuno, Duque de Bragança, Chefe da Casa Real de Portugal, e D. Teresa, casada com D. Ernesto Martorel y Calderó.

D. Duarte Nuno de Bragança era filho de D. Miguel (II) de Bragança e da princesa Teresa de Loewensthein-Wertheim-Rosenberg; neto paterno de D. Miguel I de Bragança, Rei de Portugal de 1828 a 1834, e da princesa Adelaide Sofia de Loewensthein-Wertheim-Rosenberg. Por força do casamento e de pacto de família, D. Duarte passou a usar o título de Duque de Bragança, atualmente portado por seu filho primogênito D. Duarte Pio de Bragança, pretendente ao trono real português, casado com d. Isabel Inês de Castro Heredia (com geração).

D. Luiz Gastão, tendo falecido jovem, vítima de reumatismo contraído nas trincheiras, durante a Primeira Guerra Mundial, deixou apenas três filhos: D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança, sucessor de seu pai como herdeiro presuntivo da Coroa Imperial do Brasil, casada com a Princesa Maria Elisabeth da Baviera, neta do último rei da Baviera, Ludwig III Von Wittelsbach; D. Luiz Gastão, falecido muito jovem, em odor de santidade; D. Pia Maria, casada com o conde René de Nicolay.

D. Pia teve dois filhos de seu casamento com o conde Nicolay: o conde Louis de Nicolay, marquês de Goussainville, casado com Bárbara, condessa d'Ursel (com sucessão), e o conde Robert de Nicolay, Secretário Geral do Governo da França (1984-1992), casado com Sua Alteza a princesa Nathalie Murat, filha do príncipe Napoleão Joaquim Murat e da princesa Inês d'Albert de Luynes (com geração).

VII – BISNETOS: UM DEFENSOR INTRANSIGENTE DA MONARQUIA

O Príncipe Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança teve doze filhos de seu casamento com a princesa Dona Maria Elisabeth da Baviera, filha do príncipe Franz da Baviera e da princesa Elisabeth de Croÿ; neta paterna do Rei Ludwig III da Baviera e da Arquiduquesa Teresa da Áustria-Hungria; neta materna de Charles, Duque de Croÿ, e da princesa Ludmilla de Arenberg.

O primogênito de D. Pedro Henrique é Dom Luiz Gastão Maria José Pio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orleans e Bragança, atual Chefe da Casa Imperial do Brasil e Bailio Grã-Cruz de Honra e Devoção da Soberana Ordem Militar de Malta. Nascido no exílio, em Mandelieu, França, na casa de sua avó

materna, D. Luiz Gastão veio para o Brasil ainda criança, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, radicando-se na fazenda de seu pai, no interior do Estado do Paraná. Posteriormente, realizou estudos universitários de Química, licenciando-se pela Ludwig-Maximilians Universitaat, em Munique, retornando para o Brasil, escolhendo a cidade de São Paulo para a sua residência.

O mais notável de seus feitos foi o de extinguir com a Cláusula Pétrea, que impedia a discussão e a legalização do regime monárquico no Brasil.

Em 07 de setembro de 1987, Dom Luiz endereçou aos constituintes a célebre *Carta aos senhores membros da Assembléia Nacional Constituinte*, estabelecendo o princípio da continuidade da ação histórica da Casa Imperial e o apelo aos Constituintes para que fosse abolida a infâmia da impossibilidade de se pleitear democraticamente a mudança de regime.

Remonta Dom Luiz a setembro de 1920, a possibilidade do retorno da monarquia ao Brasil, quando o Presidente Epitácio Pessoa revogou a lei do banimento, autorizando a transladação dos restos mortais de D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Cristina, hoje sepultados na Catedral Metropolitana de Petrópolis.

Em 1922, retornavam ao Brasil os descendentes de Dom Pedro I, passando a integrar-se completamente ao Brasil de então e assim continuam nos nossos dias.

O final de seu meticuloso manifesto foi preponderante para embasar a decisão de nossos constituintes, no ano tornado célebre de 1988, a inaugurar a primeira constituição democrática no período republicano:

“O “apartheid” ideológico contra os monarquistas contradiz o regime republicano.

Esse singular “apartheid” ideológico se torna, no Brasil de hoje, tanto mais incoerente quanto o regime de Abertura foi constituído sob o lema da repulsa a todas as discriminações e “apartheids”. A manutenção da referida “cláusula pétrea” no Brasil atual não tem, portanto, a menor razão de ser.

“Quando o Império era vigente, aliás, tal discriminação não se suportaria contra os republicanos, que aqui gozavam de toda a liberdade. Se coisa diversa acontecesse, muitos dentre os próprios monarquistas haveriam de cerrar fileiras em torno de seus adversários políticos, para que tal liberdade lhes fosse concedida.

“Como explicar que o regime republicano – o qual se pretende ainda mais cioso das liberdades do que o próprio regime monárquico – tolha entretanto à causa monárquica o direito de existir no coração de muitos

brasileiros, de se propagar e de disputar ante o País livre as preferências para si mesma? Não é isto amordaçar o País, impedindo-o de escolher seus rumos quando e onde ele quiser?”.

Com efeito, em outubro de 1988 nascia a nova Constituição ainda em vigor, em que pese suas inúmeras emendas e, espera-se, jamais voltarão os tempos de discriminação de livre escolha partidária e de regime político no Brasil.

Além de Dom Luiz Gastão, D. Pedro Henrique e D. Maria Elisabeth ainda tiveram os seguintes filhos que mantêm a condição de herdeiros presuntivos do Trono Imperial do Brasil, os demais estando excluídos da sucessão dinástica por força de casamentos morganáticos: *Dom Bertrand de Orleans e Bragança*, Príncipe Imperial do Brasil, advogado pela Faculdade de Direito da USP; *D. Antonio João de Orleans e Bragança*, Engenheiro, casado com Sua Alteza Sereñíssima D. Christine de Ligne, filha de S.A.R. o Príncipe Antoine de Ligne e de S.A.R. a princesa Alix de Nassau e Bourbon-Parma; neta paterna do Príncipe Eugène de Ligne e da princesa Philippine de Noailles; neta materna de S.A.R. o Príncipe Félix de Bourbon-Parma e de S.A.R. a Grã-Duquesa do Luxemburgo, Charlotte de Orange-Nassau-Weinburg. O Príncipe Félix e a Grã-Duquesa Charlotte eram primos-irmãos, ambos netos de Dom Miguel de Bragança, irmão de D. Pedro I.

D. Antonio e D. Christine tiveram os seguintes filhos: D. Pedro Luiz (*1983--2009); D. Rafael (*1986), D. Amélia (*1984) e D. Maria Gabriela de Orleans e Bragança (*1989).

D. Pedro Henrique e D. Maria Elisabeth tiveram uma filha ainda com direitos dinásticos, a princesa *D. Isabel de Orleans e Bragança*, conhecida por sua atuação caritativa, sobretudo no Rio de Janeiro.

A princesa D. Eleonora de Orleans e Bragança, casada com o príncipe Michel de Ligne, Cavaleiro da Ordem do Tosão de Ouro da Espanha, irmão da princesa D. Christine, teve dois filhos, o príncipe Henri e a princesa Alix de Ligne, excluídos da sucessão dinástica em virtude de o príncipe Michel também ser pretendente à Chefia de uma Casa Soberana (ainda que mediatizada) estrangeira.

VIII – BISNETOS: UMA PRINCESA ARTISTA

Da numerosa progênie de D. Pedro Henrique e da princesa Maria da Baviera, cabe destacar a última filha, décima segunda filha e quarta varoa, a caçula como se diz no Brasil: Dona Maria Gabriela Dorotéia Isabel Josefa Micaela Rafaela Gonzaga de Orléans e Bragança, gêmea da princesa Maria Teresa (Rézie).

A princesa Dona Maria Teresa casou-se na Igreja do Outeiro da Glória, no Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1995, com Johannes Hessel Dowe Egbert de Jong (com geração).

A Princesa Dona Maria Gabriela de Orleans e Bragança nasceu em Jundiá do Sul, Estado do Paraná, cidade vizinha da propriedade rural de seu pai. Dedicou-se à difícil arte do *trompe l'oeil* e às paisagens inspiradas na natureza e na história do Rio de Janeiro e, ultimamente, de São Paulo.

Realizou estudos acadêmicos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, bacharelando-se em Comunicação Visual, em 1982, e junto a Van des Kellen Art Institut, em Bruxelas, conquistando uma Medalha de Ouro (Gold Medal Prize) por seu desempenho.

Os dons artísticos já se faziam presentes na Família Imperial, uma vez que D. Maria Benedita, Princesa do Brasil, bem como D. Carlota Joaquina, deixaram quadros a óleo dignos dos melhores encômios, encontrando em sua atual descendente, conhecida como Lelli, digna continuadora de seus dotes excepcionais.

Dentre os quadros elaborados pela bisneta da Princesa Isabel, destacamos dois, reproduzidos neste artigo, um, retratando uma paisagem selvagem e bucólica do Rio de Janeiro e o último, reproduzindo o palácio do Governador na então Cidade Imperial de São Paulo, inspirado em aquarela de J. M. Rugendas.

Inspirando-se em suas antepassadas e nas lições colhidas nas academias de arte prestigiosas da velha Europa, Dona Maria Gabriela procura resgatar da destruição avassaladora do tempo paisagens antigas e autênticas de nosso país, inspirando a possibilidade da restauração da natureza, na medida em que permite a identificação de antigas espécimes da botânica, da fauna, da flora e também da arquitetura contemporânea à instalação dos desbravadores na selva brasileira.

Lelli, como é conhecida artisticamente a princesa, tem realizado importantes exposições no Brasil e no estrangeiro, dentre elas na Arthus Gallery, em Bruxelas (2011), na galeria Urs Von Unger, em Gstaad, Suíça (2010), Bait Muzna Galery, no Sultanato de Oman (2005), Galerie der Erwin-von-Kreibig-Stifung Scholss Nymphenburg, Alemanha (2000), Galeria A Janela Verde, Lisboa (2000), Casa Cor, Rio de Janeiro (1996), Mairie (Prefeitura) du 7ème Arrondissement, Paris (1995), Camon, França (1994).

Trabalhos de restauração, sobretudo na referida técnica de *trompe l'oeil* foram realizados pela princesa no Castelo de Beloeil, Bélgica, no Castelo de Regensburg, na Alemanha, na Fazenda Águas Claras, Município de S. José do Rio Preto (São Paulo, Brasil), bem como em casas particulares em Londres, Munique, Capri e N. York.

O trabalho minucioso e paciente de D. Maria Gabriela merece reflexão e admiração por parte de nossa juventude, carente de exemplos e da mensagem

de que todas as áreas do saber humano são passíveis de soluções grandiosas. Prefigurando a nossa riquíssima história e natureza, a princesa, de forma bem feminina, permite que vislumbremos um lampejo da possibilidade de mudança do cenário nacional, sem mudanças bruscas, permitindo que a geração atual e as novas possam julgar com conhecimento de causa a instauração de um novo horizonte político, varrendo para bem longe os desastres contínuos que vimos assistindo nos últimos tempos, no que se refere à probidade, à moralidade e à preservação do patrimônio histórico, ecológico e arquitetônico do Brasil.

IX – A CONDESSA DE PARIS

Dentre os descendentes da Princesa Isabel, talvez a figura mais simpática, carismática diríamos hoje, foi a Princesa Dona Isabel de Orleans e Bragança, conhecida na França como *Madame* ou simplesmente Isabelle d'Orléans-Bragance, comtesse de Paris. Nascida no castelo d'Eu em 13 de agosto de 1911 e falecida em Paris no ano de 2003.

De seu casamento com o Chefe da Casa Real da França, a condessa de Paris teve onze filhos, quarenta netos e numerosos bisnetos e trinetos.

O filho mais velho da condessa de Paris, Henri d'Orléans, conde de Clermont, casou-se com a duquesa Maria Teresa de Wurtemberg, com quem teve cinco filhos: o príncipe Jean de France, duque de Vendôme; o príncipe François; a princesa Blanche; a princesa Marie, casada com o príncipe Gundakar de Liechtenstein, e o príncipe Eudes, duque d'Angoulême, casado com a condessa Marie-Liesse de Rohan-Chabot.

Os demais filhos da condessa de Paris são: a princesa Isabelle, casada com Friedrich-Karl, conde de Schönborn-Buccheim; a princesa Hélène, casada com o conde Evrard de Limburg-Stirum; o Príncipe François, morto na guerra da Argélia, titulado postumamente por seu pai como duque d'Orléans; a princesa Anne, casada com o príncipe D. Carlos de Bourbon, Infante de Espanha; a princesa Diane, casada com Carl, duque de Wurtemberg; o príncipe Michel, conde d'Evreux, casado com Béatrice Pasquier de Franclieu; o príncipe Jacques, duque d'Orléans, casado com Gersende de Sabran-Pontevès, neta do duque de Sabran; a princesa Claude, casada com o príncipe Amedeo de Savoie, duque d'Aosta; a princesa Chantal, casada com François-Xavier de Sambucy de Sorgue, e o príncipe Thibaut, conde de la Marche, já falecido, casado com Marion Gordon-Orr.

A condessa de Paris tornou-se muito popular quando dando vazão à sua vocação literária, publicou diversos livros retratando membros da Família Real de França e, finalmente, publicando sua autobiografia, cujo primeiro volume, *Tout m'est bonheur*, somente na França vendeu mais de 240 000 exemplares, tendo tido duas traduções em português. O livro *Moi, Marie-Antoinette* ultrapas-

sou o marco de 50 000 exemplares. Tomou parte ativa no plebiscito sobre o retorno à monarquia no Brasil, de forma infatigável.

A nota mais simpática da personalidade da condessa de Paris consistiu em se fazer notar, principalmente, como princesa brasileira, sempre se interessando por tudo o que dizia respeito ao nosso país, e participando, na medida do possível, de tudo o que nos interessava, aqui permanecendo nos sombrios anos da última guerra mundial e aqui dando à luz a princesa Diana Maria da Glória, hoje duquesa de Wurtemberg.

A correspondência ocupou uma das atividades prediletas da condessa, ao lado das outras obrigações como paraninfar jovens nobres debutantes na sociedade européia, cuidar dos numerosos filhos, netos, bisnetos e trinotos. A princesa fez seus estudos secundários no Colégio de Sion, em Petrópolis, de resto instalado, então, no antigo palácio de verão da Família Imperial, hoje Museu histórico.

Na maior parte do tempo, tendo criado todos os seus numerosos filhos, dedicou-se a arte de ser avó, assumindo responsabilidades na sua educação, buscando manter uma união familiar entre todos.

Firme na sua crença de que a vida deveria ser vivida na sua integralidade “no tempo atual”, elegeu como sua residência principal o seu apartamento de sete peças em Paris, depois de ter vivido a sua infância no suntuoso Château d’Eu, hoje propriedade da comuna d’Eu, na Normandia, buscando levar uma vida totalmente em consonância com os desafios da modernidade, inclusive no que se refere aos perigos da rua.

Foi assim que a revista francesa “Sommaire” (entrevista concedida a Li-se GENET), em seu número 1341, em 08 de fevereiro de 1986, publicou um episódio tocante do dia-a-dia da neta de reis e imperadores:

“La comtesse de Paris se sent tout à fait dans son époque. Elle n’a pas hésité à défiler dans les rues de la capitale pour défrendre l’école privée, et deplore une certaine lâcheté communément répandue.

“Quand je prends le métro, je me place sous le signal d’alarme. Si un jour, j’assiste à une agression, je n’hésiterai pas à l’actionner!. Ne se contentant pas de prêcher le courage, elle le pratique. Dernièrement, elle aperçoit sur le seuil d’une boutique d’antiquités une vendeuse assez âgée aux prises avec un voleur qui tente de lui arracher un lot de dentelles anciennes. Sans hésiter, la comtesse plaque le malfrat dans la porte et lui a dit de lâcher la prise. L’homme, déconcerté, a jeté les dentelles à terre et s’est enfui. “Je l’ai laissé filer, conclut la comtesse, magnanime, puisqu’il avait rendu ce qu’il avait dérobé!” Elle ajoute: “Certes, notre époque n’est pas facile à vivre. Le comte de Paris, mon époux se fait be-

aucoup de soucis pour administrer la Fondation Saint-Louis qui s'occupe de deux maisons de retraite et un hôpital. Victime de malaises cardiaques, Il n'aime guère vivre à Paris et préfère le calme de Chantilly".

A condessa de Paris, por sua vez, enfrentou alguns aborrecimentos em seu domínio d'Eu. A cidade comprou o castelo, mas a princesa manteve consigo as terras e os pavilhões. O conjunto da propriedade foi classificado como patrimônio histórico. A floresta, que se estende sobre cem hectares, forma uma zona verde entre Eu e Le Tréport, e os seus habitantes gostam de passear por ali aos domingos. A condessa mantinha os caminhos e plantava árvores para a manutenção de uma floresta que constitui uma riqueza ecológica incomparável.

A municipalidade d'Eu, todavia, teve a idéia de pretender dar lugar a um projeto de fazer um caminho para desviar o tráfego de caminhões. A decisão foi paralisada, por iniciativa principal da princesa, que aproveitou para tomar as providências tendentes a poupar a paisagem soberba do local.

Como toda senhora dos tempos modernos, a condessa de Paris também buscava distração na televisão, mencionando os seus programas favoritos: *o petit déjeuner de Paul Wermus sur TF 1*, "*C'est encore mieux l'après-midi*" e "*Temps libres*". Demais disso, a condessa de Paris gostava de um bom filme e se divertia com os debates de Michel Polac. Candidamente confessava: "*Je suis un peu lasse des débats de Michel Polac. Était plus drôle au début quand ses invités échangeaient des injures!*".

Exigente com ela mesma, *Madame* (seu título principal na França) o era igualmente com os outros, dureza aparente, resultado da educação impecável que recebeu, tutorada ainda menina pela avó, a Redentora, Dotada de um grande espírito de curiosidade, a princesa amava coisas simples, como molhar os pés nas águas do Sena, assim como um concerto de música moderna ou clássica. Jamais se deixou desmoralizar por causa de um fracasso, permanecendo fiel à Fé de seus ancestrais e podendo ser resumida a sua filosofia de vida em uma frase: "*Meu Deus, conceda-me amar sempre*" (entrevista recolhida por François Billaud/Philippe Séguy in *Point de Vue, La grande dame de l'année 1993*, N. 2371 – 11 janeiro 1994 – 45º ano, pp. 3-9).

X – CONCLUSÃO

Apaz-nos, na finalização deste artigo desprezioso, sublinhar que nosso objetivo foi o de homenagear a Família Imperial, por tantos motivos digna de nossa mais renhida admiração, como também marcar uma pausa no seio dos acontecimentos convulsivos e cheios de incerteza que permeiam a nossa geração.

A mensagem que a Família Imperial Brasileira nos transmite no período que cobre de 1808 até a presente centúria se nos apresenta muita nítida e aqui nos reportamos ao Príncipe Dom Luiz Gastão, atual Chefe da Casa Imperial:

“No acontecer convulsivo e cheio de incertezas dos dias que correm, surgem inequívocos sinais de esperança que nos apontam o limiar de uma nova Era Histórica. As sucessivas mensagens da Mãe do Salvador, marcadamente em Fátima, alertaram a Humanidade para uma vasta, profunda e deletéria transformação – uma Revolução – que atinge até seu âmago tanto a ordem moral e religiosa, quanto a política e social. Mas ao mesmo tempo anunciaram o triunfo da luz sobre as trevas, o triunfo de Seu Imaculado Coração. Uma renovada Cristandade se estabelecerá sobre as ruínas deste mundo que desmorona, à maneira como a Civilização Cristã floresceu dos escombros do Império Romano. Nesse porvir luminoso, aos Monarquistas caberá, por certo, uma missão fundamental: a de ser levedo da Tradição, do Cavalheirismo, da Honra, da Fidelidade a Deus e à sua Igreja, que fará germinar organicamente em nosso querido e atribulado Brasil uma ordem sacral e monárquica”.

XI. ANEXOS

- 1) **Texto do Príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança sobre a importância da Nobreza no seio da sociedade:** *“Como um rochedo na ponta de um promontório batido pelas ondas, a nobreza tem sofrido, a partir da Revolução Francesa, sucessivos ataques. Quase por toda a parte, tiraram-lhe o poder político. Em geral as leis negam-lhe qualquer direito específico, que não seja o mero uso da titulação e do nome tradicionais. O movimento geral da economia e das finanças fez convergir para outras mãos a riqueza torrencial que ergueu ao pináculo o capitalismo e com a qual a Jet-set procura deitar as suas luzes – ou antes fazer brilhar as suas lantejoulas – por toda a parte. O que, então, da nobreza sobrevive? Reduzida ao que é, tem ela o direito de existir? Com que proveito para si mesma e para o bem comum? Deve ela confinar-se irredutivelmente ao círculo dos ‘bem-nascidos’? Ou, a perdurar a nobreza, deve a qualidade nobiliárquica estender-se também a novas elites com características análogas às dela se bem que não idênticas (...) Não é raro encontrar membros da nobreza conscientes dos deveres individuais que a sua condição de nobre lhes acarreta – como o bom exemplo às demais classes, pelo procedimento moral irrepreensível ou pela assistência aos desvalidos – mas os quais não possuem sobre as questões acima enumeradas, senão noções vagas, quando tanto. Aliás, fato aná-*

logo ocorre com as outras classes. Antes de tudo com a mais favorecida delas na estrutura social vigente, isto é, a burguesia. O direito de propriedade é o seu mais firme ponto de apoio, porém são raros os burgueses conhecedores dos fundamentos morais e religiosos da propriedade privada, dos direitos que esta proporciona e dos encargos que traz consigo (...) É missão especial da nobreza atuar em defesa dos reis, quer eles estejam na posse do poder, na plenitude das respectivas prerrogativas, quer tenham apenas “de jure” aquele poder que lhes veio dos seus maiores e que nenhum golpe de força ou de demagogia pode legitimamente suprimir. Reciprocamente é obrigação dos monarcas amar, respeitar e apoiar a sua nobreza, exercendo assim a favor dela uma opção preferencial efetiva, que não se limita apenas a mesuras e cortesias. É neste espírito que, ao encerrar estas linhas, volto o meu pensamento, cheio de amizade, para as nobrezas e elites análogas de Portugal – terra dileta e gloriosa dos meus antepassados – e do meu querido Brasil, grande por tantos feitos e sobretudo por tantas esperanças que a Providência lhe deixa ver para o futuro. Esse futuro que – nos quadros da realeza constitucional, única forma de monarquia concebível para os dias que correm -, do fundo da alma anseio cristão, forte e entrelaçado numa como que Commonwealth toda ideal, feita de Fé católica, de sentimentos e de cultura, constituída por todos os povos, de tão diversas raças e nações, que amam deveras Portugal e falam português. Por isto, como Chefe do ramo brasileiro da Casa de Bragança e amigo enlevado e afetuoso da tradição e cultura lusas (...) auguro (...) o aplauso de quantos sabem e sentem o que é uma verdadeira nobreza, que ajude o povo a ser sempre o que Pio XII recomenda, isto é, um verdadeiro povo animado por um pensamento digno de ser chamado cristão. E que não capitule ante o risco de se tornar uma massa anorgânica e inerte, soprada nas mais variadas direções pela psico-ditadura dos grandes cartéis publicitários”. Cf. *Catolicismo*, n. 511 – Julho 1993 – Ano XLIII, p. 8.

- 2) **Excerto de algumas resoluções da Imperatriz Leopoldina:** *Desde o despertar, o meu primeiro pensamento será a lembrança da presença de Deus; minhas primeiras palavras serão: Oh! Santíssima e adorável Trindade, eu Vos dou meu coração e minha alma, Vos adoro com todos os coros dos anjos. Oh! Jesus, meu Salvador, tende piedade de mim! Minha primeira ação será o sinal da cruz, que farei da seguinte maneira: em nome do Pai, que me criou à sua imagem, e do Filho, que me resgatou pelo seu sangue precioso, e do Espírito Santo, que me santificou. Conservarei no meu coração as boas instruções que recebi de meus pais e das pessoas que se encarregaram da minha educação. Evi-*

tarei as leituras que são contrárias a nossa santa Religião, que ferem a delicadeza de consciência e que excitam a sensualidade ou alguma paixão. Jamais o respeito humano impedirá de declarar-me com altivez a favor da santa Religião católica; empregarei pelo contrário todos os meus esforços e meus rendimentos supérfluos para propagá-la, construir ou decorar as igrejas, sobretudo sustentar institutos que se consagram à educação da juventude ou que têm o propósito de assistir os doentes. Meu coração está eternamente fechado ao espírito perverso do mundo; como também longe de mim os gastos inúteis, o luxo pernicioso, os adereços indecentes, as vaidades mundanas e as vestimentas escandalosas. Minha virtude tão necessária será sempre a modéstia, para conservar a pureza de meu coração, sem a qual não saberei agradar a Deus. Não deixarei de combater as minhas paixões, começando pela dominante, e para destruí-las mais depressa voltarei contra elas todas as armas espirituais: a vigilância sobre meu coração e meus sentidos, o exame de consciência diário, a contrição e a penitência depois de cada falta, a leitura, a meditação, o uso freqüente dos Santos Sacramentos, as orações fervorosas, por fim a invocação dos santos que brilharam pela virtude oposta ao vício que quero destruir. Após meus exercícios de piedade empregarei o resto do tempo a observar os deveres de meu estado, e os cuidados que lhe são ligados. Nada de despesas inúteis que desordenem as finanças; mas darei, quanto possível, esmolos, não me permitindo o que há de frívolo para poder confortar os infelizes. Farei as minhas orações da noite como as da manhã diante de um Crucifixo e de uma imagem da Santíssima Virgem, que terei sempre no meu quarto, e acrescentarei o exame de consciência da minha conduta durante o dia. Nas conversas falarei com bastante prudência para não falar de mais e para nada dizer que possa ferir a verdade, a caridade, e a modéstia; e se outros começarem conversas contrárias a estas virtudes, que eu não possa evitar ou impedir, farei ao menos ver, por um semblante sério e pelo silêncio, o desprazer que tenho nisso. Lembrar-me-ei freqüentemente das promessas que fiz no dia de meu casamento diante da Igreja e das obrigações que contraí. Guardarei inviolavelmente a fidelidade devida a meu marido. Se a Providência me favorecer dando-me filhos guarda-los-ei como um penhor precioso do céu que Deus pedirá um dia de minhas mãos. Terei cuidado de lhes dar uma educação bastante cristã, e tratarei sempre de lhes imprimir o respeito que os filhos devem a seus pais. Longe de mim todo o ar de arrogância e de soberba; serei, entretanto, grave e modesta em todos os sentidos, honesta, doce, afável e polida com os grandes e pequenos. Aceitarei todas as penas e aflições como vindas da mão de Deus, unindo-as aos sofrimentos

de Jesus Cristo; sem falar delas a não ser com Jesus e com meu confessor. Nunca falarei demais sobre mim, ou do que me diz respeito, e se me fizerem alguns elogios reportá-los-ei antes de tudo a Deus, bem persuadida de que todos os bens da natureza e as graças que recebi, até mesmo as da fortuna, não me vêm senão d'Ele e que de meu não tenho senão o pecado e as más propensões. Tendo-me sido dados todos os momentos da vida para fazer o bem, empregá-los-ei segundo os desígnios de Deus. Assim longe de mim vestimentas escandalosas, visitas perniciosas e inúteis. Terei os divertimentos convenientes a meu estado; nunca me utilizarei deles de maneira a que me prejudiquem, mas apenas para espairecer meu espírito e meu corpo a fim de os tornar mais capazes de servir a Deus com maior ardor. Todo o resto do tempo será reservado às ocupações úteis. Minha piedade não será agressiva, nem sombria, mas grave e agradável. Eis Jesus Cristo, meu divino Senhor, as resoluções que Vós fizestes a graça de me inspirar. Eu vo-las ofereço com meu coração. Abençoi-as e dai-me as ajudas necessárias para colocá-las em prática. Assim seja. Cf. Herdeiros do Porvir – Ano III, n 4, Junho/Julho/Agosto de 1997, p. 15.

- 3) **Manifesto do Almirante Saldanha da Gama:** *Aos meus concidadãos. Avesso por princípio e por instinto a toda a idéia de revolta, jamais entrei em conluio de qualquer espécie. Hoje, porém, no doloroso momento histórico que atravessa a Pátria brasileira e o próprio Governo são as mesmas circunstâncias do País que me impelem para a luta. Aceitando esta situação, que me é imposta pelo patriotismo, reúno-me sem prévios conchavos, em pleno dia e pesando a responsabilidade que tomo aos meus irmãos que há um ano nas campinas do Rio Grande do Sul e há três meses na baía desta capital pugnam valorosamente pela libertação da Pátria brasileira do militarismo agravado pela contubérnia do sectarismo e do mais infrene jacobinismo. Oficial da Armada, vou combater com a espada o militarismo, que sempre condenei toda a minha vida. Brasileiros, é meu interesse concorrer com os meus esforços para por termo a este terrível período em que lançaram a Pátria na anarquia, no descrédito, na asfixia de todas as suas liberdades. A lógica, assim como a justiça dos fatos, autorizaria que se procurasse, à força das armas, repor o Governo do Brasil onde estava à 15 de novembro de 1889, quando num momento de surpresa e estupefação nacional ele foi conquistado por uma sedição militar, de que o atual Governo não é senão uma continuação. O respeito, porém, que se deve à vontade nacional livremente manifestada, aconselha que ela mesma escolha solenemente e sob sua responsabilidade a forma de instituições sob que deseja envolver os seus gloriosos destinos. Ofereço a minha vida com a de*

meus companheiros de luta em holocausto no altar da Pátria. O Exército que se está batendo com a sua proverbial bravura não pode mais persistir na defesa de um governo que perdeu o apoio moral da Nação e o crédito no estrangeiro. A sua obstinação nesse papel inglório, ainda quando bem-sucedida, acabaria por transformá-lo de força nacional que é numa hoste pretoriana de baixa República. O brado de nossa redenção política, levantado nas fronteiras meridionais e que perpassou por Santa Catarina, Paraná e São Paulo até esta capital já ecoou no extremo norte. Brasileiros, para apressar a vitória que é certa cumpre que lhe ponhais o selo, trazendo à luta o concurso de vossa influência moral. Já é notório que a causa nacional, em cuja defesa armada vou entrar, tem por si o apoio de todas as classes conservadoras da sociedade brasileira, daqueles que trabalham e produzem e que, aliás, relutam às sedições, motins e desordens. É urgente que sua vontade impere e é, pois, imprescindível que a sua simpatia se manifeste clara e positivamente sobre a sua resolução de lançar fora esse jugo abominável de escravidão em que o militarismo de 1889 nos quer reter. Compatriotas, os povos que abdicam de seu direito não podem queixar-se de seus opressores. O Brasil, cujo passado é curto mas honroso, tem grande futuro diante de si; só poderá cumpri-lo, arrancando-se de um despotismo que o degrada diante de si mesmo e do mundo civilizado. Mostrai que não somos um povo conquistado, mas um povo livre e cômico de seus destinos. Eis a situação. Espero poder cumprir o meu dever de brasileiro até ao sacrifício. Cumpri o vosso! – Luis Felipe de Saldanha da Gama, Contra-Almirante da Armada nacional – Ilha das Cobras, 7 de dezembro de 1893.

- 4) **Excerto da obra *A Diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*, de Sérgio Corrêa da Costa, 2ª Ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1979, pp. 49-50:** *As tendências monárquicas de Saldanha foram o argumento de que se valeu Floriano para conquistar a adesão completa do Governo de Washington. A restauração, feita sob as vistas benévolas das esquadras estrangeiras, deixaria uma porta aberta à influência europeia. E a diplomacia do marechal soube fazer valer esta consideração junto ao Departamento de Estado. A 13 de dezembro de 1893, depois do manifesto de Saldanha, Floriano informou, oficialmente, ao Governo americano que a “restauração do Império” seria, daquele momento em diante, o objetivo dos insurgentes. Esta observação passou a ser o estribilho de Salvador de Mendonça junto ao Secretário de Estado Gresham. Se os Estados Unidos continuassem a reboque do corpo diplomático europeu no Rio de Janeiro, a República brasileira não poderia resistir à*

pressão dos seus inimigos. Referindo-se aos ataques da imprensa yankee contra o Governo Cleveland, por ter este propiciado o restabelecimento da monarquia em Hawaii, perguntava Mendonça: “Não serão demais duas restaurações para uma só administração democrática?” E chamava a atenção do estadista para a maior força existente nos Estados Unidos – a opinião pública, que certamente o condenaria quando soubesse que nada fizera para impedir a queda da República nascente. Vitoriosa a nossa gestão diplomática, tornou-se efetiva, afinal, a cooperação americana. Ao Charleston, ao Neward e ao Detroit vieram logo juntar-se mais dois novos e poderosos cruzadores, o S. Francisco, a 12 de janeiro, e o New York, no dia 16, sob o comando supremo do Almirante Benham, com “instruções especiais”, para romper, à bala se preciso fosse, o bloqueio do Rio de Janeiro. Os navios americanos que quisessem atracar aos trapiches, embora conduzindo contrabando de guerra para as forças legais, poderiam contar com a garantia dos seus canhões. De fato. Quando a corveta rebelde Trajano tentou impedir que as barcas Amy, Good News e Julia Rollins descarregassem nas docas da Gamboa, Benham alvejou-a com um tiro de peça do Detroit, formou os seus navios em linha de batalha e ameaçou por a pique os pequenos barcos de Saldanha. Asseguraram ao autor alguns participantes da revolta (entre os quais o Almirante Brusque e o Comandante Vilar) que o Detroit não atirou. Joaquim Nabuco, baseando-se em telegrama do ministro americano ao secretário de Estado, em 31 de janeiro, sustenta o contrário: “O Detroit, ao passar pela Trajano, ameaçou metê-la a pique, depois de disparar um tiro de peça, não de pólvora seca, como diz o Comandante Augusto de Castilho, mas de bala, e outro de mosqueteira, que ambos a alcançaram” (cf. A Intervenção Estrangeira na Revolta de 1893, pág. 113). Lawrence Hill, por sua vez, declara: “When on e of the discharging vessels was fired on by an insurgent cruiser, the U.S.S. > Detroit, which had taken a strategic position, returned the fire with a six pounder, the shot striking under the bows of the insurgent” (cf. Diplomatic Relations Between the U.S. and Brazil”, págs. 278/279). Em carta ao chefe rebelde, não deixou dúvidas quanto à firmeza da atitude que assumira: “Até que os direitos de beligerantes vos sejam reconhecidos escreveu, não tendes direito de exercer a menor autoridade sobre navios ou propriedade americana de nenhuma espécie. Não tendes o direito de busca em navios neutros nem de apresar parte alguma da carga, mesmo que seja da que seria claramente definida como contrabando de guerra nas hostilidades entre dois governos independentes. A tomada à força de qualquer desses artigos por pessoas sob o vosso comando seria, na vossa atual condição (status), um ato de pirataria!”..

Saldanha lavrou um solene mais inútil protesto contrato o ato de força de Benham. Obrigado a consentir na atracação dos navios norte-americanos, deliberou reconhecer igual vantagem aos navios das demais nações”.

Agradecimentos

Endereçamos nossos especiais agradecimentos pelo auxílio na elaboração e publicação do presente artigo às seguintes pessoas: SS. AA. II. e RR. Dom Luiz Gastão e Dom Bertrand de Orleans e Bragança; a Sua Alteza a Princesa Dona Maria Gabriela de Orleans e Bragança; ao Deputado Cunha Bueno e ao Engenheiro e Historiador e nosso confrade Marcelo Meira Amaral Bogaciovas.

Copyright das Imagens

Todos os esforços foram realizados para se obter a autoria e a origem das fotografias utilizadas neste artigo. Algumas fotos foram publicadas em sites pela internet. Como não foi possível associar o crédito a algumas delas, nos colocamos à disposição para publicar os respectivos créditos em uma próxima edição, se os fotógrafos ou titulares se manifestarem.



Figura 1 Dom Afonso Pedro. Crédito: Óleo de J. M. Rugendas. Coleção Dom Pedro Gastão de Orléans e Bragança, Palácio do Grã-Pará, Petrópolis.



Figura 2 D. Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança, Príncipe do Grão-Pará (centro, de pé), Condessa Elisabeth Dobrzenski (sentada), à esquerda de D. Pedro, o Príncipe Dom João, à direita, o Príncipe Dom Pedro Gastão (em pé), ao seu lado a princesa D. Maria Francisca; sentada junto com sua mãe, a condessa de Paris. Em pé, ao lado de D. Elisabeth Dobrzenski, a princesa D. Teresa. Crédito: Coleção Família Imperial.



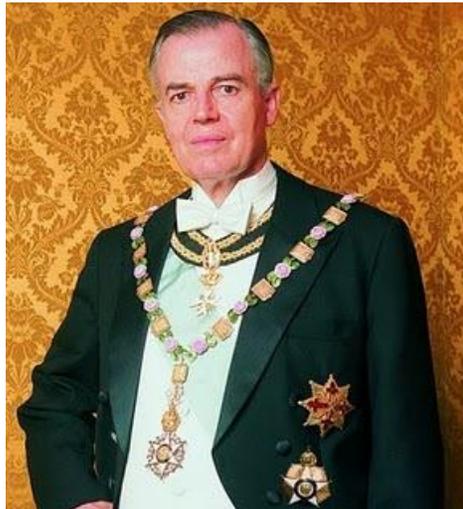
Figura 3 S A I e R Dom Luiz Gastão de Orléans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil



Figura 4 SS AA II e RR o Príncipe D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil, e sua consorte, Princesa D. Maria Elizabeth da Baviera. Crédito: Foto de propaganda da Causa Monárquica.



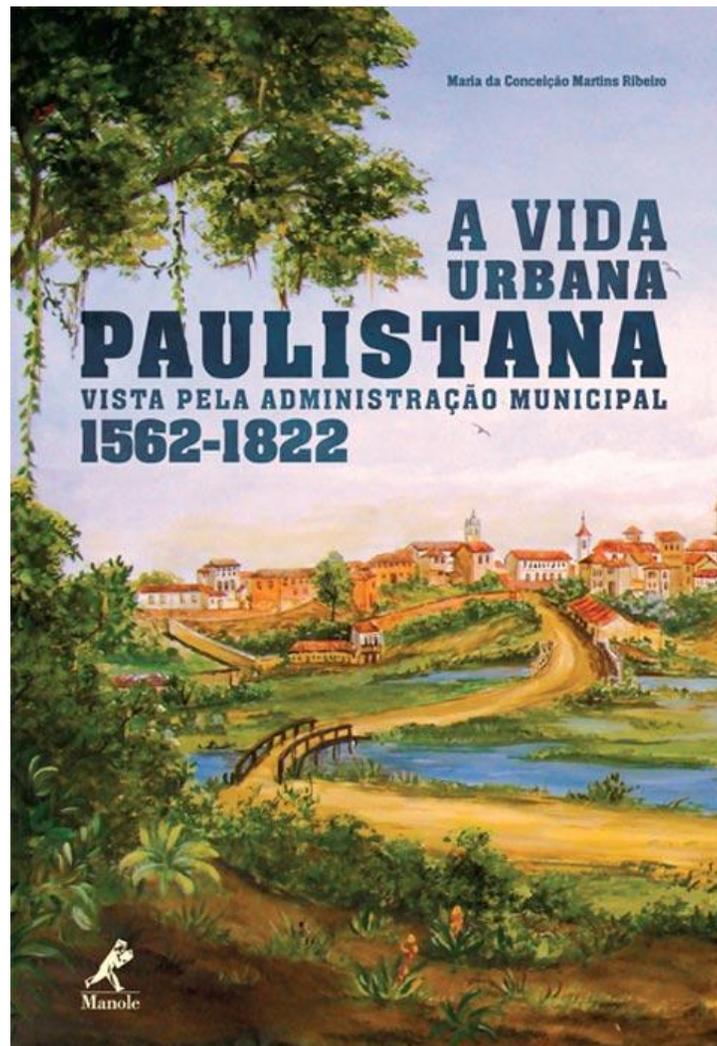
Figura 5 Princesa Isabel e o Conde d'Eu com os netos, da esquerda para a direita: D. Luiz Gastão, D. Pia Maria, D. João (no colo da Princesa Isabel), D. Pedro Henrique, D. Maria Francisca, futura Duquesa de Bragança, D. Pedro Gastão e D. Isabelle, futura Condessa de Paris. Castelo d'Eu, França, 1918. Crédito: Acervo D. João de Orleans e Bragança, in *Retratos do Império e do Exílio: imagens da família imperial no acervo de D. João de Orleans e Bragança*, Instituto Moreira Salles.



Dom Bertrand de Orleans e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil. Coleção Particular.



Pintura de autoria de D. Maria Gabriela de Orleans e Bragança (Lelli).
Coleção particular.



Capa de autoria de D. Maria Gabriela de Orleans e Bragança.
Crédito: Artefinal Editora Manole, Barueri, 2011